

COREDE MISSÕES: SUAS ESPECIFICIDADES E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO

Micheli dos Santos¹, Francisco Angst², Letiane Peccin Ristow³

Resumo: A regionalização do estado do Rio Grande do Sul através da instituição dos COREDEs considerou a existência de inúmeras diferenças entre as regiões, sejam elas de ordem econômica, social, cultural ou de recursos naturais, com o objetivo de possibilitar o desenvolvimento através de políticas públicas que considerem as especificidades de cada região. Considerando a atuação dos COREDEs em diferentes regiões do estado o foco deste estudo é o COREDE Missões, e as estratégias deste Conselho Regional para a promoção do desenvolvimento de sua área de abrangência. Para tanto realizou-se uma análise temática, com o objetivo de abordar o desenvolvimento regional e as estratégias de desenvolvimento construídas no Fórum de Discussão do COREDE Missões. Os resultados indicam que os Conselhos Regionais que recebem maior apoio das Universidades locais tem assegurado maior credibilidade para seu trabalho, uma vez que encaram estas atividades como um instrumento de integração com a comunidade e região de atuação. No caso do COREDE Missões, o suporte das universidades impacta positivamente, pois em sua região de abrangência encontram-se instaladas e atuantes universidades privadas, bem como uma universidade federal (UFFS), conquistada inclusive através de políticas públicas que visam o desenvolvimento da região.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional. Regionalização. COREDE Missões.

COREDE MISSÕES: ITS SPECIFICITIES AND DEVELOPMENT STRATEGIES

Abstract: The regionalization of the state of Rio Grande do Sul through the institution of the COREDEs considered the existence of innumerable differences between the regions, as economic, social, cultural or natural resources, with the objective of enabling development through specific public policies that consider the specificities of each region. Considering the performance of COREDEs in different regions of the state, the focus

-
- 1 Mestra em Desenvolvimento e Políticas Públicas (UFFS) – Cerro Largo, RS. Especialista em Administração Estratégica (UNIASSELVI). Bacharel em Administração (URI). micheli.santos@uffs.edu.br
 - 2 Mestrando do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento e Políticas Públicas (UFFS) – Cerro Largo, RS. Especialista em Educação à Distância (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – RS). francisco.angst@uffs.edu.br
 - 3 Mestra em Desenvolvimento e Políticas Públicas (UFFS) – Cerro Largo, RS. Especialista em Desenvolvimento Rural Sustentável e Agricultura Familiar (UFFS). Graduada em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial - UERGS. letiane.peccin@uffs.edu.br

-- ARTIGO RECEBIDO EM 28/11/2017. ACEITO EM 17/10/2018. --

of this study is COREDE Missões, and the strategies of this Regional Council to promote the development of its area of coverage. For this, a thematic analysis was carried out with the objective of approaching the regional development theme and the development strategies built in the COREDE Missões Discussion Forum. The results indicate that the Regional Councils that receive greater support from the local Universities have ensured greater credibility for their work, since they consider these activities as an instrument of integration with the community and region of activity. In the case of COREDE Missões, the support of the Universities has a positive impact, since in its region of coverage there are installed and active private universities, as well as a Federal University (UFFS), conquered even through public policies aimed at the development of the region.

Keywords: Regional development. Regionalization. COREDE Missões.

1 INTRODUÇÃO

A temática do desenvolvimento tem sido amplamente discutida nas últimas décadas, inclusive gerando controvérsias quanto ao que realmente venha a ser desenvolvimento. No âmbito dos debates pesquisadores tem arguido de diversas formas tentando justificar suas teses que buscam o significado para a questão.

Neste contexto, a tônica que permeia o desenvolvimento local e regional têm se destacado, abordando diversos enfoques, como o social, sustentável, humano, ambiental e endógeno, além do econômico. O que percebe-se é que alguns destes enfoques tem sido superados, enquanto outros fortalecidos, inclusive com o estabelecimento de políticas públicas para articulação do desenvolvimento das regiões, considerando suas especificidades com o objetivo de evidenciar suas potencialidades (RESENDE, 2013).

Assim, as políticas passaram a ser elaboradas em diferentes escalas, abandonando o procedimento tradicionalmente adotado, de utilização de recortes regionais únicos. No plano nacional, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) se constitui em um exemplo formalizado dessa estratégia, agregando múltiplas escalas de ação de acordo com os problemas a serem enfrentados em cada território. No Rio Grande do Sul, essa forma de organizar as políticas regionais também foi adotada e, atualmente, tem como referência a organização dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), utilizando como escala complementar para o planejamento territorial as Regiões Funcionais de Planejamento (CARGNIN, 2014).

Concebidos como fóruns de discussão e decisão a respeito de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional, os COREDEs foram criados oficialmente pela Lei 10.283 de 17 de outubro de 1994, que em seu artigo 2º, apresenta os objetivos destes conselhos, quais sejam: a melhoria da qualidade de vida da população, a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável, a distribuição equitativa da riqueza produzida, o estímulo à permanência do homem na sua região, a integração dos recursos e das ações do governo na região e a preservação e a recuperação do meio ambiente (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Lei 10.283 de 17 de outubro de 1994).

Ante o exposto, este trabalho tem como objetivo realizar uma análise temática com o propósito de abordar o desenvolvimento regional e as estratégias de desenvolvimento construídas no Fórum de Discussão do COREDE Missões.

2 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa, ancorada na técnica Análise Temática (Braun e Clarke, 2006), para análise dos dados, os quais foram coletados em diferentes materiais, como livros, artigos publicados em periódicos e base de dados, a fim de abordar a temática do desenvolvimento regional a partir das estratégias de desenvolvimento construídas no Fórum de Discussão do COREDE Missões.

A Análise Temática constitui-se de uma técnica de análise qualitativa que “não é apegada a qualquer arcabouço teórico pré-existente e, por conseguinte, ela pode ser utilizada em diferentes quadros teóricos, e pode ser usada para fazer coisas diferentes dentro deles” (BRAUN; CLARKE, 2006, p. 81).

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção serão apresentados alguns dos referenciais utilizados como base teórica para a elaboração deste estudo. Inicialmente é preciso apresentar o conceito de desenvolvimento regional, para então, trazer a realidade da estrutura regional estabelecida no estado do Rio Grande do Sul, por meio dos COREDEs e por fim refinando o estudo com a exposição da realidade do COREDE Missões comparado aos demais COREDEs da região funcional 7 especificamente.

3.1 Desenvolvimento Regional

Ao projetar o desenvolvimento regional é fundamental pensar “a participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento” (OLIVEIRA e LIMA, 2003, p. 31). Para os autores, as teorias que abordam o desenvolvimento regional originam-se da ideia de uma força motriz exógena que através de reações em cadeia exercem influência sobre as demais atividades econômicas que impulsionam o desenvolvimento de uma região.

Trata-se de um processo complexo, que implica mudanças não somente de ordem política e econômica, mas principalmente, humana e social. Para Oliveira (2002), desenvolvimento é sinônimo de crescimento, acréscimo positivo no produto e na renda, transformando para satisfazer as necessidades do ser humano.

Já para Boisier (1996) o desenvolvimento regional requer um processo de fortalecimento da sociedade civil, indivíduos e região. Para este autor:

Uma concepção atualizada e contemporânea do desenvolvimento regional leva a reconhecer que se trata de um processo em curso com três cenários interdependentes e de recente configuração: há um cenário contextual, um cenário estratégico e um novo cenário político. O novo cenário contextual é o resultado da interação de dois notáveis processos que estão, atualmente, presentes em todos os países. Trata-se do processo de abertura externa, impelido pela força da globalização, e do processo de abertura interna, por sua vez impulsionado pela força da descentralização. O primeiro é um processo essencialmente econômico, enquanto o segundo é um processo político. (BOISIER, 1996)

Conforme o autor, pode-se observar que o que importa é que com a organização do território, foi possibilitada a busca pela competência e competitividade. Essa reconfiguração do cenário tem propiciado ambientes organizacionais mais propícios a sistemas descentralizados de tomada de decisões.

Ao valorizar a sociedade civil local, sua organização e relação social no processo de desenvolvimento, permite-se que a região alcance um crescimento equilibrado e sustentado a longo prazo, sem conflito direto com a base social e cultural da região (BARQUERO, 2001). Para o mesmo autor, este processo abrange três aspectos (econômico, sociocultural e político). No econômico, há sistema específico de produção capaz de assegurar o uso eficiente dos fatores produtivos e melhoria dos níveis de produtividade, com vistas a garantia de competitividade; no aspecto sociocultural têm-se a expectativa de os atores econômicos e sociais serem integrados às instituições locais a fim de formar um sistema de relações, que incorpore os valores da sociedade ao processo de desenvolvimento; e o político é materializado por iniciativas locais, que possibilitam a criação de um entorno local que incentiva a produção e favorece o desenvolvimento (BARQUERO, 2001).

O que percebe-se é que esta teoria do desenvolvimento, refere-se a um contraponto à insatisfação oriunda do esgotamento do modelo de desenvolvimento “a partir de fora” proposto nos anos 60 e 70. Bandeira (1999) corrobora destacando a evidente inadequação das ações e políticas formuladas “de cima para baixo”, ou seja, sem o envolvimento dos diferentes atores sociais. O autor ainda menciona que “a ausência de uma interação suficiente com os segmentos relevantes da sociedade tende a fazer que muitas das ações públicas sejam mal calibradas, tornando-se incapazes de alcançar integralmente os objetivos propostos” (BANDEIRA, 1999, p.12). Assim, pode-se inferir que ao tratar a sociedade como objeto e não como sujeito do processo de desenvolvimento, podem ocorrer ineficiências na implementação de programas e políticas públicas, fazendo com que os resultados esperados não sejam atingidos e consequentemente podendo acarretar em maiores desigualdades.

3.2 A regionalização do território do Rio Grande do Sul através da instituição dos COREDEs

A questão teórica acerca da temática da regionalização é clássica no planejamento e na economia regional, abrangendo a gestão pública de forma ampla. Para Bütttenbender, Siedenberg e Allebrandt (2011):

As articulações para o desenvolvimento de regiões, seja em países, estados, ou frações subnacionais, identificadas também como territórios, está se dando, cada vez mais, mediante a descentralização político-administrativa dos processos de planejamento e gestão territorial (BÜTTENBENDER, SIEDENBERG, ALLEBRANDT, 2011, p. 82).

No estado do Rio Grande do Sul, de acordo com De Toni e Klarmann (2002), o Programa Estadual de descentralização Regional objetivou definir a regionalização do território gaúcho e implantar a descentralização das atividades setoriais da Administração Estadual direta e indireta, baseando-se em regiões territoriais. Ao final da década de 1980, o debate sobre este assunto foi estimulado, resultando em 1989 na elaboração e aprovação da

Constituição Estadual (CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Texto constitucional de 3 de outubro de 1989).

A CE/RS trata especificamente em seu Capítulo II da Política de Desenvolvimento Estadual e Regional, definindo no artigo 166 os objetivos desta Política, sendo eles:

- I - a melhoria da qualidade de vida da população com desenvolvimento social e econômico sustentável;
- II - a distribuição equitativa da riqueza produzida com redução das desigualdades sociais e regionais;
- III - a proteção da natureza e a ordenação territorial, mediante o controle da implantação dos empreendimentos públicos e privados em cada região e o estímulo à permanência do homem no campo;
- IV - a integração da organização, do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum de uma mesma região, nos termos dos arts. 16, 17 e 18 desta Constituição;
- V - a integração e a descentralização das ações públicas setoriais em nível regional, através do planejamento regionalizado (CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Texto constitucional de 3 de outubro de 1989).

Posteriormente, o artigo 167 da CE/RS, estabelece que a definição das diretrizes globais, regionais e setoriais da política de desenvolvimento caberá a órgão específico, com representação paritária do Governo do Estado e da sociedade civil, através dos trabalhadores rurais e urbanos, servidores públicos e empresários, todos eleitos em suas entidades representativas. O artigo seguinte, delibera que o sistema de planejamento garantirá mecanismos que assegurem ao cidadão o acesso às informações sobre qualidade de vida, meio ambiente, condições de serviços e atividades econômicas e sociais, bem como a participação popular no processo decisório.

Neste cenário é que os COREDEs foram sendo estruturados a partir do ano de 1991, instituídos legalmente pela Lei Estadual nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, e regulamentados através do Decreto nº 35.764, de 28 de dezembro de 1994. Atualmente, estão oficialmente instituídos 28 COREDEs no Estado do RS, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 - COREDEs do RS e número de municípios de abrangência

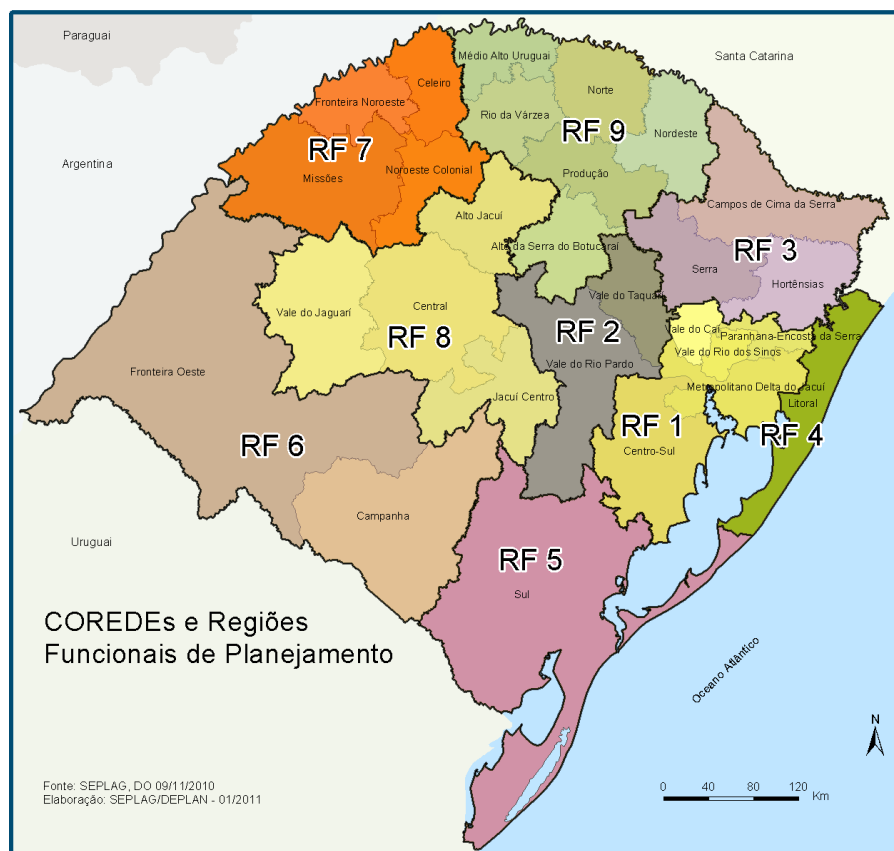
COREDE	Nº atual de Municípios	COREDE	Nº atual de Municípios
Alto da Serra do Botucarái	16	Missões	25
Alto Jacuí	14	Nordeste	19
Campanha	7	Noroeste Colonial	11
Campos de Cima da Serra	10	Norte	32
Celeiro	21	Paranhana – Encosta da Serra	10
Central	19	Produção	23
Centro Sul	17	Serra	31
Fronteira Noroeste	20	Sul	22
Fronteiro Oeste	13	Vale do Caí	19
Hortênsias	7	Vale do Rio da Várzea	17

COREDE	Nº atual de Municípios	COREDE	Nº atual de Municípios
Jacuí-Centro	7	Vale do Rio dos Sinos	14
Litoral Norte	21	Vale do Rio Jaguarí	9
Médio Alto Uruguai	23	Vale do Rio Pardo	23
Metropolitano do Delta do Jacuí	10	Vale do Taquari	36

Fonte: Fórum dos COREDEs do RS, 2005.

Estes COREDEs estão articulados em nove regiões funcionais de planejamento (RF), proposto pela Secretaria de Coordenação e Planejamento do Estado do RS (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2005), conforme apresentado na Figura 1, preocupando-se com as desigualdades regionais no Estado.

Figura 1 - Mapa das Regiões Funcionais



Fonte: SEPLAG - Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do RS, 2010.

O COREDE Missões pertence a RF 7, que engloba ainda as regiões Fronteira Noroeste, Celeiro e Noroeste Colonial, cada qual com características distintas, que contribuem para o processo do desenvolvimento da região.

3.3 O COREDE Missões comparado ao COREDEs da Região Funcional 7

A base econômica do COREDE Missões está voltada à Agropecuária, destacando-se a criação de suínos e bovinos, além do cultivo de soja, milho, trigo e mandioca. Com pouca participação, a Indústria está ligada ao beneficiamento de produtos primários. Merece destaque também, o turismo histórico e cultural, com os sítios arqueológicos remanescentes das Reduções Jesuíticas de São João Batista, em Entre-Ijuís; de São Lourenço, em São Luiz Gonzaga; de São Miguel das Missões e de São Nicolau (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2015).

Ao que se refere aos indicadores sociais, o que preocupa é a saúde, a geração e apropriação de renda. A educação, mesmo detendo importante percentual da população adulta com Ensino Fundamental incompleto, se encontra em posição melhor aos demais COREDEs. A infraestrutura de transportes é deficiente, sendo que cinco municípios ainda não tem acesso asfáltico. A infraestrutura de saneamento também apresenta deficiências, principalmente no número de banheiros ou sanitários ligados à rede geral de esgoto ou fossa séptica (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2015).

No ano de 2012, o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) do COREDE Missões foi de 0,721, situando-se no Nível Médio de desenvolvimento e na décima sexta posição no ranking dos 28 COREDEs. Todos os municípios se encontram no Nível Médio de desenvolvimento, destacando-se favoravelmente no ranking estadual, São Pedro do Butiá (0,786), Cerro Largo (0,781), Salvador das Missões (0,777) e Santo Ângelo (0,745), os quais possuem valores de IDESE maiores que a média do Estado (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2015).

No Quadro 2, é possível observar os índices dos COREDEs da RF7, as respectivas Rendas per capita e seus ranqueamentos com relação aos 28 COREDEs do Estado.

Quadro 2 – Dados dos COREDEs da Região Funcional 7

Dados dos COREDEs - 2012					
Região Funcional	Nome	IDESE	Ranking	Renda <i>per capita</i>	Ranking
RF7	Fronteira Noroeste	0,767	8º	R\$ 24.560,00	11º
	Missões	0,721	16º	R\$ 18.582,00	19º
	Noroeste Colonial	0,792	3º	R\$ 26.451,00	7º
	Celeiro	0,719	17º	R\$ 16.918,00	26º

Fonte: Elaborado pelos autores.

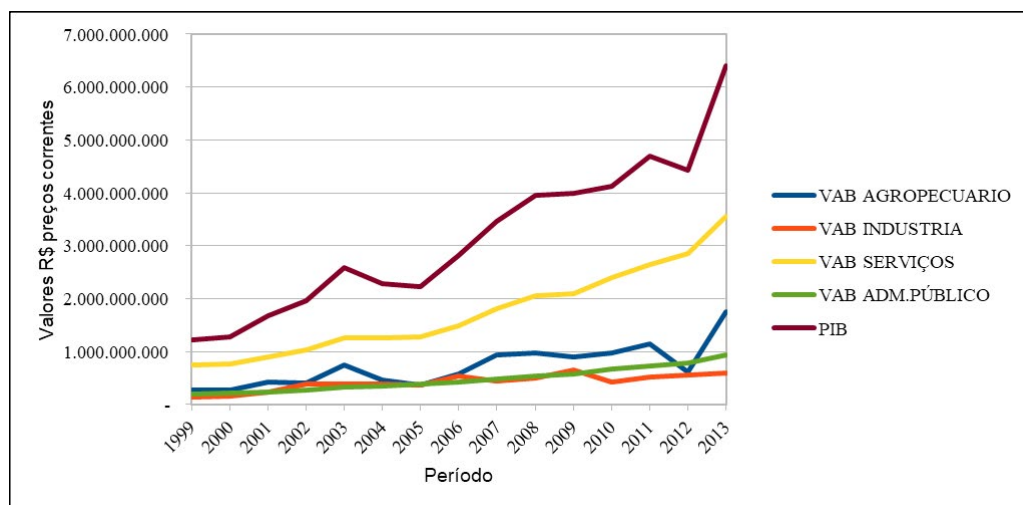
Por mais que alguns municípios do COREDE Missões possuam um IDESE acima da média do Estado nenhum município atinge o mesmo valor do índice do COREDE Noroeste Colonial, que com um IDESE de 0,792 ocupa a 3º posição entre os COREDEs do Estado.

No que se refere a renda *per capita* o COREDE Missões cai para 19º posição, com o valor de R\$ 18.582,00 de renda *per capita* anual. O pior posição entre os COREDEs da RF7

fica a cargo do COREDE Celeiro que ocupa a antepenúltima posição com renda *per capita* anual de R\$ 16.918,00.

Para verificar como se comportou a economia e o desenvolvimento dos municípios que fazem parte do COREDE Missões analisou-se a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) e do Valor Adicionado Bruto (VAB) dos segmentos agropecuária, indústria, serviços e administração pública no período de 1999 a 2013, cuja evolução encontra-se no Gráfico 1.

Gráfico 1. Evolução do PIB e do VAB no COREDE Missões



Fonte: Elaborado pelos autores.

Verifica-se que no COREDE Missões o PIB cresceu em torno de 20% no período, onde houve crescimento constante até 2003, decréscimo entre 2003 e 2005 e após esse período recuperou-se, principalmente entre 2005 a 2008 e 2012 a 2013. O VAB Agropecuário apesar de não obter a maior contribuição no PIB, comportou-se de maneira semelhante a este, supondo-se que eles estão relacionados diretamente. Pode-se ainda verificar, que entre os quatro segmentos analisados, é o VAB Serviços que possui maior participação no VAB Total, além disso, o mesmo não apresentou quedas significativas nos períodos de decréscimo do PIB (2003 a 2005), mantendo crescimento estável em virtude da compensação promovida pela indústria e administração pública.

Os referenciais estratégicos para promoção do desenvolvimento no âmbito do COREDE Missões foram construídos em assembleias regionais deliberativas, com a participação de representação da sociedade civil organizada, entidades governamentais e universidades, que inicialmente realizaram um diagnóstico da região e elaboraram a Matriz FOFA, para identificar as fraquezas e as potencialidades da região, a qual serviu de base para o processo de planejamento regional. O Quadro 3 apresenta a Matriz:

Quadro 3 - Matriz FOFA do COREDE Missões

<p style="text-align: center;">Fortalezas (fatores internos)</p> <p>Disponibilidade energética com capacidade para ampliação de plantas industriais;</p> <p>Existência de rodovias asfaltadas ligando a região com outras regiões no RS e MERCOSUL;</p> <p>Boa oferta para ingresso ao ensino superior;</p> <p>Proximidade aos mercados do MERCOSUL;</p> <p>Existência de patrimônio histórico e cultural reconhecido pela UNESCO;</p> <p>Disponibilidade de mão de obra qualificada, especialmente nos setores de serviços e comércio;</p> <p>Alta produção na cadeia do leite;</p> <p>Terras férteis facilitando à diversificação agrícola;</p> <p>Posição geográfica com alta densidade para o armazenamento de energia solar e dos ventos;</p> <p>Existência de universidades, polos tecnológicos, escolas técnicas e centros de ensino;</p> <p>Significativo número de propriedades da agricultura familiar.</p>	<p style="text-align: center;">Oportunidades (fatores externos)</p> <p>Crescimento de integração global das redes tecnológicas;</p> <p>Existência de financiamentos governamentais para programas e projetos de empreendedorismo e capacitação empresarial;</p> <p>Expansão dos mercados continentais/MERCOSUL;</p> <p>Estar inclusa no programa federal das mesorregiões;</p> <p>Aumento do capital social pela densidade da organização social;</p> <p>Investimentos em plantas industriais agrícolas para a transformação de grãos, especialmente de soja, trigo e milho;</p> <p>Aumento dos recursos federais de financeiros à modernização agrícola (Programa Mais Alimentos);</p> <p>Financiamento de estruturas para a captação e armazenamento de águas pluviais;</p> <p>Revitalização e ampliação da malha ferroviária existente na região;</p> <p>Existência de programas para a melhoria no atendimento à saúde em todos os níveis.</p>
<p style="text-align: center;">Fraquezas (fatores internos)</p> <p>Deficiente infraestrutura na maioria das propriedades agrícolas para suportar períodos de estiagens/secas;</p> <p>Elevado custo dos transportes para o mercado externo em razão da distância dos portos de exportação;</p> <p>Baixa produção de alimentos e derivados de agro industrialização;</p> <p>Inexistência de um banco de projetos estruturantes ao desenvolvimento regional;</p> <p>Base econômica em modelo agrícola exportador de produção primária (grãos), sem agregação de valor na cadeia de transformação e comercialização;</p> <p>Baixos investimentos em pesquisa para as energias limpas e renováveis.</p>	<p style="text-align: center;">Ameaças (fatores externos)</p> <p>Falta de políticas governamentais específicas para as regiões com baixo PIB, principalmente em pesquisas tecnológicas;</p> <p>Historicamente a região apresenta períodos com instabilidades climáticas e frustrações de safras;</p> <p>Condicionamentos impostos à diversificação agrícola e manutenção da monocultura de grãos;</p> <p>Forte dependência da compra externa de insumos necessários à produção agrícola;</p> <p>Contaminação do solo e das águas fluviais pela falta de cuidados preventivos no uso de agrotóxicos;</p> <p>Migração de jovens qualificados, especialmente técnicos de ensino médio e nível superior completo, para outras regiões com maior oferta de trabalho.</p>

Fonte: COREDE Missões(2017, p.59-60).

Considerando as potencialidades da região, elencadas não somente na matriz FOFA, mas também no Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística do RS (Rumos 2015), os Cadernos de Regionalização do PPA 2016-2019, os Planos Estratégicos dos COREDEs, o Atlas Socioeconômico do RS e o RS 2030, foram elencadas iniciativas promissoras para o desenvolvimento regional, quais sejam: aumento da produtividade da agropecuária e desenvolvimento de agroindústrias, por meio do incentivo à pesquisa e à inovação tecnológica, principalmente voltada ao aumento da produtividade da lavoura empresarial, irrigação das

culturas e desenvolvimento de novos cultivares, considerando que as agroindústrias podem contribuir para a agregação de valor aos produtos; fomento ao turismo regional, valorizando a presença dos sítios arqueológicos remanescentes das Reduções Jesuíticas; e, integração global das redes tecnológicas.

Por outro lado, as questões que devem ser tratadas com atenção dizem respeito a qualificação da infraestrutura de transportes, pois a região é marcada pelas grandes distâncias da capital, dos portos e dos principais centros consumidores do Estado e até mesmo a precariedade de infraestrutura da faixa de fronteira, além de que cinco dos vinte e cinco municípios nem mesmo possuem acesso asfáltico: Eugênio de Castro, Garruchos, Pirapó, Rolador e Ubiretama; aos baixos indicadores de saneamento; as secas e estiagens periódicas e as mudanças na estrutura etária da população e migrações.

No comparativo do COREDE Missões com os COREDEs da RF7 percebe-se uma concentração de um polo industrial nos COREDEs Fronteira Noroeste (Santa Rosa e Horizontina) e Noroeste Colonial (Ijuí e Panambi), sendo que o primeiro é voltado a produção de máquinas e equipamentos e o segundo voltado a indústria de processamento e produção de produtos alimentícios.

O Planejamento Estratégico de Desenvolvimento da Região está pautado em quatro bases que foram definidas por meio de articulação “estatal e regional, com ampla participação dos atores locais regionais”, tornando-se as diretrizes estratégicas para a Região Funcional 7 pautado nas seguintes prioridades:

- Qualificação da infraestrutura logística, energética e de comunicação na região.
- Qualificação, agregação de valor e aumento da competitividade das cadeias produtivas, através de investimentos na inovação, empreendedorismo, ciência e tecnologia.
- Qualificação da governança territorial (regional), com investimentos na capacitação de gestores públicos, privados e comunitários, fortalecendo a cooperação inter e supraregional (UNISC, 2017).

Merece destacar ainda mais especificamente o projeto 4 do Planejamento Estratégico em questão, que visa investir até R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões), no fortalecimento da Ciência, Tecnologia e Educação na Região Funcional 7, por meio da geração de um Parque Tecnológico do Noroeste Gaúcho e Ecossistema Inovador, cuja responsabilidade de implantação se dará pela articulação entre Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Ministério da Ciência e Tecnologia, Universidade, Parques Científicos e Tecnológicos entre outros segmentos regionais ligados a inovação e tecnologia (UNISC, 2017).

O projeto 4 incorpora e aproxima as Universidades no processo de articulação social para a execução do projeto por meio das ações de extensão universitárias de formação ou por meio de incubadoras inovadoras e tecnológicas mais notadamente. Neste sentido a implantação mais recente da Universidade Federal da Fronteira Sul no município de Cerro Largo, situado no COREDE Missões em parceria com as demais Instituições de Ensino Superior comunitárias e particulares já consolidadas na região, podem tornar-se mecanismo propulsor da melhoria dos índices sociais do COREDE Missões.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental considerar que o processo de desenvolvimento não se dá de forma homogênea e que dentro de um único território podem haver desigualdades, em razão do próprio desenvolvimento que muitas vezes se concentra em um único local. Isso ocorre devido a afirmação do mercado global que fez com que as grandes empresas ignorassem os governos nacionais e passassem a promover disputas entre os governos locais em busca das melhores vantagens para seus projetos de expansão.

No final da década de 90 houve uma percepção por parte das esferas governamentais de que o desenvolvimento se gerido unicamente pelas regras do mercado privilegiaria apenas territórios com vantagens competitivas acentuando assim a distância entre as regiões. Neste sentido o RS retoma a questão em 98 com a Política Estadual de Desenvolvimento e outras que se seguiram. No âmbito nacional destaca-se a Política Nacional de Desenvolvimento Regional que organizou as estratégias de intervenção do Estado maior nos territórios para a redução das desigualdades, surgindo com isso o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) e o Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO) (CARGNIN, 2014).

A Política de Desenvolvimento Regional de 1998, elaborada com o objetivo de incentivar o desenvolvimento mais equilibrado e reduzir as desigualdades regionais, estabeleceu uma tipologia de renda, definiu instrumentos para a descentralização industrial, criou um fundo estadual para o desenvolvimento regional e, aproveitando a institucionalidade dos COREDEs, lançou a Consulta Popular como instrumento de participação e promoção do equilíbrio regional, consolidando-se como uma boa prática de gestão pública e exercício da cidadania.

As políticas destinadas ao desenvolvimento regional e, em especial, das regiões menos desenvolvidas, tornam perceptível a valorização da questão regional na escala nacional e das unidades federativas. Tal fato se manifesta em documentos que orientam o planejamento nas diferentes esferas do Poder Público, no universo acadêmico e nos projetos e estratégias desenvolvidos pelos setores não governamentais.

Neste sentido, Bandeira (1999) elucida que apesar dos resultados positivos já atingidos através da atuação dos COREDES, ainda existe um caminho a ser trilhado para que se possa afirmar que as potencialidades dos mesmos estão sendo adequadamente exploradas, provocando a articulação dos atores sociais das regiões, bem como a intermediação entre a comunidade e a esfera pública.

Em algumas regiões a atuação dos COREDES na articulação da sociedade regional, ocupa um espaço bem mais significativo que em outras (BANDEIRA, 1999). A estrutura de cada Conselho Regional, seu quadro técnico, os estudos e interesses políticos interferem neste desempenho, considerando que todos os COREDES possuem dificuldades operacionais semelhantes, dentre elas, o repasse de recursos para a manutenção de suas atividades. Considerando estas dificuldades, o aporte técnico das universidades auxilia significativamente no desempenho das atividades promovidas pelos COREDES (BÜTTENBENDER; SIEDENBERG; ALLEBRANDT, 2011).

Assim, os Conselhos Regionais que recebem maior apoio das Universidades locais tem assegurado maior credibilidade para seu trabalho, uma vez que encaram estas atividades como um instrumento de integração com a comunidade e região de atuação, ao passo que nas regiões em que não existem Universidades, existe um menor engajamento e consequentemente o trabalho dos Conselhos enfrenta maiores dificuldades (BANDEIRA, 1999). No caso do COREDE Missões, o suporte das universidades impacta positivamente, pois em sua região de abrangência encontram-se instaladas e atuantes universidades privadas, bem como uma universidade federal (UFFS), conquistada inclusive através de políticas públicas que visam o desenvolvimento da região.

REFERÊNCIAS

ATLAS SÓCIO ECONÔMICO DO RS. **COREDES**. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/conselhos-regionais-de-desenvolvimento-coredes>>. Acesso em: 1 nov. 2017.

BANDEIRA, Pedro. **Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional**. Texto para discussão nº630. IPEA: Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0630.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2017.

BARQUERO, Antonio Vasquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: FEE/UFRGS, 2001. 278p.

BOISIER; Sérgio. **Em busca do esquivo desenvolvimento regional**: entre a caixa-preta e o projeto político. In: Planejamento e políticas públicas. nº 13 - jun. de 1996. p. 111-143.

BRAUN, V.; CLARK, V. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research*, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

BÜTTENBENDER, P. L; SIEDENBERG, D. R; ALLEBRANDT, S. L. Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) RS: Articulações Regionais, Referenciais Estratégicos e Considerações Críticas. **Revista Desenvolvimento Regional em Debate**. Canoinhas – SC, ano 1, n. 1, dez. 2011.

CARGNIN, Antonio Paulo. **Políticas de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul**: vestígios, marcas e repercussões territoriais. 1ª. ed. - Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 240 p., 2014.

COREDE Missões. Planejamento Estratégico. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/forumdemocratico/LinkClick.aspx?fileticket=9Urkjjeva2g%3D&tabid=5363&mid=7972>>. Acesso em: 01 novembro 2017.

DE TONI, Jackson; KLARMANN, Herbert. Regionalização e Planejamento, reflexões metodológicas e gerenciais sobre a experiência gaúcha. **Revista Ensaios FEE**, Porto Alegre, v.23, n. especial, p. 517-538, 2002.

OLIVEIRA; Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.

OLIVEIRA; Gilson Batista de; LIMA; José Edmilson de Souza. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Revista FAE**, Curitiba, v.6, n.2, p.29-37, maio/dez. 2003.

Planos estratégicos de desenvolvimento dos COREDEs 2015-2030: perspectivas estratégicas das Regiões Funcionais / Lajeado : Ed. da Univates, p. 117-139, 2017. Disponível em: <<http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201710/09144414-plano-sintasers.pdf>>. Acessado em: 20 set. 2018.

PPA Participativo Região Funcional 7 - Perfil 2011. Disponível em: <http://www2.unijui.edu.br/~coredefn/Plano_Estrategico_Regiao_Fronteira_Noroeste/PPA-Participativo-Regi%C3%A3o%20Funcional%207-Perfil-2011.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2017.

PRÓ-RS V. **Propostas estratégicas para o desenvolvimento regional do Estado do Rio Grande do Sul (2015-2018)**. Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), Lajeado: Editora da Univates, 160 p., 2014. Disponível em: <http://www.coredesul.org.br/files/pub/140533851196675_Pro-RS-V_web-1-.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2017.

RESENDE, G. M. Elementos do desenvolvimento regional: temas atuais, desafios e oportunidades da questão regional. *In*: SILVEIRA, R. L. L (org.) **Observando o desenvolvimento regional brasileiro**: processo, políticas e planejamento. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

RIO GRANDE DO SUL. Constituição (1989). **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul**: promulgada em 3 de outubro de 1989. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/dal/LegislaCAo/ConstituiCAoEstadual/tabid/3683/Default.aspx>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. **Lei Nº 10.283**, de 17 de outubro de 1994. Dispõe sobre a criação, estruturação e funcionamento dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e dá outras providências. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=12666&hTexto=&Hid_IDNorma=12666>. Acesso em: set. 2017.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. **Decreto Nº 35.764**, de 28 de dezembro de 1994. Regulamenta a Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, que criou os Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Disponível em:

<http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=12439&chTexto=&Hid_IDNorma=12439>. Acesso em: set. 2017.

RIO GRANDE DO SUL-SCP. **Rumos 2015**: Estudo sobre o desenvolvimento regional e logística no Rio Grande do Sul (Documento Síntese). SCP/DEPLAN-DCAPET, Porto Alegre/SCP, 2006.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Núcleo Regional de Integração da Faixa de Fronteira. Plano de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira do Estado do Rio Grande do Sul – PDIF/RS. 2012. Disponível em: <<http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201604/11112501-pdif-rs-versao-final-site-relinter.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. Departamento de Planejamento Governamental. **Perfil Socioeconômico COREDE Missões**. 2015. Disponível em: <<http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201603/28140705-perfis-regionais-2015-missoes.pdf>>. Acesso em: set. 2017.

SEPLAG. Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do RS. Conselhos Regionais de Desenvolvimento.